



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

**ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Codigo-sfinge-17982C39FFC3B0CAC96D9A3944CF2AE7583EF7DD**

**Inexigibilidade de Licitação nº 005/2023**

**CONTRATADA: JOÃO LUIS CORREIA**

**CNPJ nº 03.763.451/0001-79**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO SHOW COM DURAÇÃO DE 1:30h PARA AS FESTIVIDADES DA 1ª EXPO CELSO RAMOS.**

**VALOR TOTAL: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)**

PREVISÃO LEGAL: Artigo 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei n. 8.666/93.

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*[...]*

*III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.;*

Celso Ramos, 03 de janeiro de 2023

---

**LUIZANGELO GRASSI**  
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

## **JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**Inexigibilidade de Licitação nº 005/2023**

**CONTRATADA: JOÃO LUIS CORREIA**

**CNPJ nº 03.763.451/0001-79**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO SHOW COM DURAÇÃO DE 1:30h PARA AS FESTIVIDADES DA 1ª EXPO CELSO RAMOS.**

**VALOR TOTAL: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)**

**PREVISÃO LEGAL: Artigo 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei n. 8.666/93.**

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*[...]*

*III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.;*

### **JUSTIFICATIVA:**

Cumprido destacar que a hipótese é passível de inexigibilidade de licitação na forma do art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93.

Destaca-se que há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, para realizar a presente contratação.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

A empresa a ser contratada, encontra-se apta para o fornecimento do objeto a ser contratado conforme certidões negativas apensadas.

Nota-se que o valor da contratação também está dentro do limite previsto em lei para dispensa de licitação, com isto, objetiva-se atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

Isto posto, opta-se pela inexigibilidade da licitação por se tratar de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública local.

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei n. 8.666/93 esta Comissão de Licitação apresenta a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Celso Ramos, 03 de janeiro de 2023

**FERNANDA SPAGNOLI STEFANES**

Presidente da Comissão de Licitação



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

## PARECER JURÍDICO

**Inexigibilidade de Licitação nº 005/2023**

**CONTRATADA: JOÃO LUIS CORREIA**

**CNPJ nº 03.763.451/0001-79**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO SHOW COM DURAÇÃO DE 1:30h PARA AS FESTIVIDADES DA 1ª EXPO CELSO RAMOS.**

**VALOR TOTAL: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)**

PREVISÃO LEGAL: Artigo 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei n. 8.666/93.

De acordo com a lei 8.666/93 os contratos celebrados pela Administração Pública são precedidos através da realização prévia de Processo de Licitação Pública. Excepcionando esta regra, o nosso ordenamento jurídico dispõe a possibilidade de celebração do contrato sem a realização de Processo de Licitação, quando o objeto pleiteado se enquadrar nos casos de dispensa ou inexigibilidade.

Quanto a inexigibilidade, o artigo 25 da lei 8.666/93 indica três hipóteses, sem excluir outras, devendo sempre existir a comprovação da inviabilidade de competição.

Considerando que a realização do serviço, inviabiliza a possibilidade de competição, uma vez que há a existência de peculiaridade no interesse público. Vejamos o disposto no artigo 25, inciso III:

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

[...]

*III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.;*

A escolha recaiu sobre esta empresa tendo em vista que é inviável a competição através de licitação, tratando-se de profissionais do setor artístico **consagrado pela opinião pública local.**

No caso, os músicos são reconhecidos localmente pela opinião pública, realizando diversas apresentações nos Municípios vizinhos, em festas de comunidades, quermesses e bares da região.

Considerando que todos os requisitos legais foram observados e cumpridos, opina-se pela legalidade do processo em apreço.

Após a elaboração do ato de inexigibilidade, o mesmo deve ser submetido à autoridade competente para homologação. Em seguida, deve ser providenciada a publicação do contrato, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

O presente parecer não possui valor vinculativo, cabendo a Administração prolatar decisão final.

Celso Ramos, 03 de janeiro de 2023

---

Assessor Jurídico do Município de Celso Ramos/SC  
**RODRIGO FERNANDES SUPPI**  
OAB/SC 34.220